

Anuário Brasileiro
de Segurança Pública 2025

Parte 6

Segurança **privada**

348   Sumário

TABELA 103
Quantidade de vigilantes com vínculos ativos
Brasil e Regiões - 2021-2025 ⁽¹⁾

Brasil e Regiões	Vigilantes														
	2021			2022			2023			2024 ⁽²⁾			2025		
	Especializadas	Orgânicas	Total	Especializadas	Orgânicas	Total	Especializadas	Orgânicas	Total	Especializadas	Orgânicas	Total	Especializadas	Orgânicas	Total
Brasil	502.318	23.790	526.108	471.116	24.873	495.989	464.060	21.013	485.073	497.622	21.473	519.095	546.433	24.725	571.158
Região Norte	34.068	1.119	35.187	33.468	1.262	34.730	35.921	1.105	37.026	36.409	1.127	37.536	40.094	1.233	41.327
Região Nordeste	98.802	5.362	104.164	98.136	5.967	104.103	98.377	5.026	103.403	102.244	5.130	107.374	111.516	5.697	117.213
Região Centro-Oeste	50.182	1.898	52.080	49.502	1.876	51.378	48.062	1.622	49.684	52.274	1.689	53.963	57.712	1.948	59.660
Região Sudeste	243.633	12.392	256.025	222.451	12.694	235.145	213.946	10.575	224.521	231.092	10.942	242.034	253.863	12.548	266.411
Região Sul	75.633	3.019	78.652	67.559	3.074	70.633	67.754	2.685	70.439	75.602	2.585	78.188	83.248	3.299	86.547

Fonte: Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Para os anos de 2021 e 2022, os dados correspondem ao mês de março de cada ano. Para 2023, os dados se referem ao mês de junho. Para 2024, a posição dos dados é o mês de dezembro e, para 2025, o mês de maio.

(2) Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024.

TABELA 104

Perfil dos vigilantes ⁽¹⁾

Brasil - 2016-2024

Perfil		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Gênero	Masculino	521.464	484.188	497.734	494.299	490.531	490.100	519.397	534.352	548.417
	Feminino	69.431	63.829	65.290	66.264	66.269	69.627	77.739	85.558	95.191
	Total	590.895	548.017	563.024	560.563	556.800	559.727	597.136	619.910	643.608
Escolaridade	Médio Incompleto	165.498	144.007	139.604	129.508	119.145	108.966	107.347	105.304	103.570
	Médio Completo	404.032	382.988	401.043	407.844	413.480	425.291	462.311	486.552	510.050
	Superior Incompleto	8.847	7.849	8.400	8.319	8.525	8.800	9.334	9.288	9.759
	Superior Completo	12.518	13.173	13.977	14.892	15.650	16.670	18.144	18.766	20.229
	Total	590.895	548.017	563.024	560.563	556.800	559.727	597.136	619.910	643.608
Faixa etária	Até 29 anos	98.577	81.985	76.861	69.996	64.125	62.747	65.700	67.300	68.953
	Entre 30 e 39 anos	233.968	213.024	216.468	208.682	201.116	192.900	193.635	189.102	184.710
	Entre 40 e 49 anos	171.512	165.075	174.654	179.788	185.951	193.500	212.236	223.882	233.424
	Acima de 50 anos	86.838	87.932	95.041	102.097	105.608	110.580	125.565	139.596	156.474
	Sem informação	-	1	-	-	-	-	-	30	47
	Total	590.895	548.017	563.024	560.563	556.800	559.727	597.136	619.910	643.608
Tipo de admissão	Não Admitido Ano	457.526	420.448	408.248	434.663	437.209	416.811	438.195	441.340	466.150
	Primeiro Emprego	6.173	4.434	5.257	7.714	6.492	7.292	-	-	-
	Reemprego	120.867	113.672	123.505	113.781	109.770	131.076	150.397	165.002	166.979
	Transferência com Ônus	527	671	587	141	252	2.720	-	-	-
	Transferência sem Ônus	5.681	8.690	25.265	4.246	2.978	1.734	8.544	13.450	10.375
	Reintegração	121	102	162	18	99	94	-	118	102
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	Total	590.895	548.017	563.024	560.563	556.800	559.727	597.136	619.910	643.608
Motivo do desligamento	Não Desligado Ano	589.687	546.599	561.810	560.556	556.800	559.726	597.136	619.910	643.608
	Demissão sem Justa Causa	-	-	-	3	-	-	-	-	-
	Desligamento sem Justa Causa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transferência sem Ônus	-	-	-	2	-	-	-	-	-
	Aposentadoria TS SRES	965	1.051	935	-	-	1	-	-	-
	Aposentadoria ID SRES	27	36	33	1	-	-	-	-	-
	Aposentadoria Esp SRE	216	331	246	1	-	-	-	-	-
	Total	590.895	548.017	563.024	560.563	556.800	559.727	597.136	619.910	643.608
Tempo de emprego	Até 1 ano	...	...	...	123.315	116.767	141.763	156.414	175.576	176.085
	Entre 1 ano e 1 ano e 11 meses	...	...	...	89.385	86.710	78.783	99.784	97.270	107.913
	Entre 2 anos e 2 anos e 11 meses	...	...	...	61.121	67.952	62.955	64.138	71.222	69.323
	Entre 3 anos e 4 anos e 11 meses	...	...	...	84.853	84.923	86.354	96.461	91.366	94.111
	Entre 5 anos e 9 anos e 11 meses	...	...	...	127.229	121.513	109.409	104.954	107.286	112.051
	Acima de 10 anos	...	...	...	73.778	77.621	79.309	74.563	76.292	83.734
	Sem informação	...	...	...	882	1.314	1.154	822	898	391
	Total	590.895	548.017	563.024	560.563	556.800	559.727	597.136	619.910	643.608
Região	Norte	37.211	31.007	34.593	35.340	36.732	38.649	43.744	45.503	46.828
	Nordeste	120.193	108.740	114.648	111.642	113.864	113.973	121.068	122.639	126.791
	Centro-Oeste	55.547	53.096	56.322	54.930	55.458	56.793	60.983	63.108	66.009
	Sudeste	289.364	271.138	273.721	275.025	267.887	266.025	281.900	292.200	302.526
	Sul	88.580	84.036	83.740	83.626	82.859	84.287	89.441	96.460	101.454
	Total	590.895	548.017	563.024	560.563	556.800	559.727	597.136	619.910	643.608

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS); Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(...) Informação não disponível.

(1) Foram consideradas as CNAE's: Atividades de vigilância e segurança privada e Atividades de transporte de valores.

TABELA 105

Bases salariais dos vigilantes, por tipo de serviço
Brasil, Regiões e Unidades da Federação - 2022-2025Em R\$ ⁽¹⁾

Brasil, Regiões e UFs	Bases salariais dos vigilantes															
	Segurança Privada				Escolta Armada				Transporte de Valores				Segurança Pessoal			
	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025
Brasil	1.681,98	1.785,99	1.872,37	1.913,09	2.062,11	2.175,95	2.278,06	2.363,41	2.626,27	2.705,56	2.817,25	2.200,22	2.137,59	2.252,05	2.347,53	2.416,86
Região Norte	1.564,39	1.661,69	1.743,87	1.784,25	2.339,69	2.389,78	2.500,49	2.686,64	2.727,54	2.575,83	2.676,24	2.113,30	1.909,91	2.020,02	2.106,54	2.221,85
Acre	1.413,42	1.490,72	1.548,26	1.639,14	...	1.935,00	2.009,69	2.127,66	2.160,50	2.278,68	2.366,64	...	1.956,42	2.063,44	2.143,09	2.268,89
Amapá	1.917,58	1.991,79	2.070,22	...	2.281,38	2.369,66	2.464,44	...	...	2.369,66	2.464,45	...	1.917,58	1.991,79	2.070,22	...
Amazonas	1.512,34	1.603,08	1.680,00	1.750,06	2.117,27	2.244,30	2.352,02	2.450,08	...	2.263,26	2.336,36	...	2.022,07	2.143,39	2.246,27	2.339,94
Pará	1.606,58	1.702,50	1.770,59	1.814,85	2.005,21	2.114,89	2.199,49	...	2.005,21	2.114,89	2.199,49	...	1.606,58	1.702,50	1.770,59	1.814,85
Rondônia	1.497,12	1.601,57	1.695,43	1.803,43	2.862,02	3.061,50	3.240,90	3.240,90	2.862,02	3.033,74	3.170,26	...	...	...	...	...
Roraima	1.223,79	1.330,00	1.440,39	1.555,62	...	...	...	...	...	1.940,67	2.012,67	2.113,30	...	...	...	...
Tocantins	1.779,91	1.912,15	2.002,21	2.142,38	2.432,57	2.613,30	2.736,38	2.927,92	3.882,41	4.029,90	4.183,84	...	2.046,90	2.198,97	2.302,54	2.463,71
Região Nordeste	1.418,45	1.509,44	1.600,30	1.701,32	1.791,46	1.889,78	1.981,68	2.080,93	1.913,96	1.983,98	2.073,69	2.093,68	1.895,38	2.013,44	2.118,51	2.310,61
Alagoas	1.302,68	1.406,89	1.504,95	1.610,29	1.432,26	1.446,73	1.533,53	1.640,88	1.432,26	1.433,20	1.533,53	1.640,88	1.771,64	1.913,30	2.046,74	2.190,00
Bahia	1.268,74	1.347,81	1.471,22	1.568,03	...	...	...	...	1.872,27	1.983,30	2.056,88	2.155,00	...	...	...	...
Ceará	1.558,57	1.650,99	1.727,27	1.827,96	2.118,85	2.234,75	2.343,35	2.480,90	1.897,00	2.000,76	2.097,99	2.221,14	2.360,94	2.490,08	2.611,09	2.764,36
Maranhão	1.381,57	1.438,21	1.493,15	1.600,66	2.177,35	2.306,48	2.394,58	...	2.177,35	2.306,47	2.394,58	...	1.796,02	1.869,66	1.941,08	2.080,84
Paraíba	1.262,00	1.375,58	1.485,63	1.604,48	1.405,55	1.488,90	1.563,35	1.657,15	1.405,55	1.488,90	1.563,35	1.657,15	...	...	...	...
Pernambuco	1.434,67	1.520,75	1.595,74	...	...	...	...	...	...	1.727,43	1.796,53	...	...	...	...	...
Piauí	1.526,67	1.617,21	1.678,99	1.757,20	2.111,19	2.236,39	2.319,36	2.430,00	2.111,19	2.236,39	2.319,36	2.430,00	1.526,27	1.617,20	1.677,20	1.757,20
Rio Grande do Norte	1.668,21	1.763,46	1.858,00	1.951,00	1.628,48	1.725,05	1.802,68	...	2.322,81	2.460,55	2.571,27	...	1.661,58	1.767,13	1.842,82	...
Sergipe	1.362,95	1.464,08	1.587,73	1.690,93	1.666,51	1.790,17	1.914,94	2.195,73	2.093,23	2.218,82	2.329,76	2.457,90	2.255,86	2.423,24	2.592,14	2.760,63
Região Centro-Oeste	1.789,55	1.905,21	1.990,67	1.839,46	1.875,97	2.056,97	2.147,00	2.058,07	2.980,22	3.317,09	3.461,56	2.393,70	2.716,86	2.887,16	3.020,08	2.432,89
Distrito Federal	2.450,40	2.593,73	2.723,41	...	2.450,39	2.593,73	2.723,41	...	4.153,28	4.735,04	4.960,43	...	4.277,83	4.528,08	4.754,48	...
Goiás	1.690,00	1.825,00	1.892,71	2.000,00	2.200,00	2.376,00	2.464,15	2.604,00	3.949,03	4.165,05	4.325,82	...	2.304,92	2.479,82	2.571,82	2.717,62
Mato Grosso	1.449,95	1.548,50	1.612,61	1.700,00	1.521,35	1.604,57	1.666,51	1.751,84	1.957,87	2.058,64	2.138,10	2.247,57	...	...	...	2.762,69
Mato Grosso do Sul	1.567,83	1.653,59	1.733,93	1.818,37	1.332,15	1.653,57	1.733,93	1.818,37	1.860,68	2.309,64	2.421,88	2.539,82	1.567,83	1.653,59	1.733,93	1.818,37
Região Sudeste	1.804,43	1.909,80	1.987,28	2.090,69	2.081,41	2.202,48	2.286,31	2.463,62	2.993,12	3.132,97	3.275,52	...	2.036,29	2.115,29	2.195,80	2.314,14
Espírito Santo	1.647,54	1.735,47	1.787,53	1.900,00	2.004,91	2.111,91	2.175,27	...	1.971,80	2.482,62	2.574,48	...	1.974,10	2.079,46	2.141,84	2.276,56
Minas Gerais	2.062,39	2.185,51	2.286,48	2.395,54	...	...	...	...	...	2.831,47	2.966,25	...	...	...	...	...
Rio de Janeiro	1.662,21	1.763,77	1.829,20	1.919,01	2.160,88	2.292,91	2.377,98	2.494,74	3.573,89	3.681,10	3.856,32	...	1.994,64	2.116,51	2.195,04	2.302,82
São Paulo	1.845,56	1.954,45	2.045,92	2.148,22	2.078,44	2.202,61	2.305,69	2.432,50	3.433,68	3.536,69	3.705,04	...	2.140,12	2.149,91	2.250,51	2.363,04
Região Sul	1.833,08	1.943,80	2.039,71	2.149,76	2.222,00	2.340,73	2.474,81	2.527,80	2.516,50	2.517,92	2.599,25	...	2.129,50	2.224,35	2.296,72	2.804,81
Paraná	2.070,00	2.188,20	2.275,73	2.370,63	2.326,50	2.420,96	2.574,72	...	2.765,78	2.871,71	2.964,47	...	2.070,00	2.188,20	2.275,73	3.081,82
Rio Grande do Sul ⁽²⁾	1.764,40	1.883,20	1.977,80	2.105,40	2.117,50	2.260,50	2.374,90	2.527,80	...	2.327,99	2.403,18	...	2.189,00	2.260,50	2.317,70	2.527,80
Santa Catarina	1.664,83	1.760,00	1.865,60	1.973,25	...	...	...	...	2.267,22	2.354,05	2.430,09	...	...	...	...	...

Fonte: Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Para as Regiões e para o total do Brasil foram consideradas as médias salariais dos estados.

(2) Os valores do Rio Grande do Sul para Escolta Armada e Segurança Pessoal foram calculados pela média das informações do Sindesp e Sinesvino.

TABELA 106

Cursos e Aperfeiçoamento de Vigilantes

Brasil, Regiões e Unidades da Federação - 2022-2025 ⁽¹⁾

Brasil, Regiões e UFs	Número de Escolas				Vigilantes com cursos ativos ⁽²⁾				Vigilantes com cursos vencidos				Vigilantes com cursos afastados			
	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025
Brasil	300	328	356	361	787.914	775.640	799.117	765.942	2.320.522	2.395.523	2.516.674	2.563.347	36.771	41.558	42.676	45.491
Região Norte	30	34	36	38	65.382	66.015	69.400	66.330	195.706	201.518	207.799	216.943	2.162	2.313	2.466	2.663
Acre	3	3	3	3	3.422	3.964	4.677	4.701	10.594	10.698	11.119	11.614	108	102	124	128
Amapá	3	3	4	6	4.693	4.528	4.785	4.559	18.342	18.883	19.332	19.799	96	99	97	98
Amazonas	4	4	4	4	14.139	13.963	14.674	13.792	52.905	54.060	55.425	56.754	865	899	1.010	1.146
Pará	14	14	15	15	28.126	27.613	28.571	27.168	73.782	76.726	81.192	83.221	653	734	727	765
Rondônia	3	4	4	5	10.032	10.220	10.256	9.686	23.329	24.146	22.969	27.170	259	290	299	326
Roraima	2	3	3	3	1.564	2.087	2.225	2.318	3.597	3.669	4.053	4.290	60	65	71	67
Tocantins	1	3	3	2	3.406	3.640	4.212	4.106	13.157	13.336	13.709	14.095	121	124	138	133
Região Nordeste	71	79	84	92	171.848	171.985	175.988	167.450	578.679	592.180	621.118	631.083	6.788	7.496	7.745	8.181
Alagoas	4	4	5	5	8.943	8.672	8.443	7.693	35.877	37.033	38.903	39.597	494	532	521	535
Bahia	20	23	24	29	46.339	46.483	47.551	44.777	175.328	179.242	186.743	191.241	1.748	2.047	1.969	2.112
Ceará	9	8	9	9	26.755	26.997	27.511	27.135	76.575	77.756	82.129	83.027	881	971	1.083	1.087
Maranhão	8	9	9	9	19.632	19.327	19.819	17.804	66.585	68.572	71.594	74.095	650	728	724	750
Paraíba	8	9	7	7	10.147	10.486	10.488	10.426	32.444	33.012	34.958	35.054	442	493	561	572
Pernambuco	11	15	16	20	32.633	32.990	33.634	32.592	100.500	102.747	109.073	109.072	1.453	1.540	1.618	1.770
Piauí	5	5	5	5	6.897	7.012	7.420	7.085	29.806	30.070	31.024	31.174	275	284	308	306
Rio Grande do Norte	3	3	3	3	11.255	10.752	11.092	10.549	33.415	34.655	36.217	36.739	401	455	485	534
Sergipe	3	3	6	5	9.247	9.266	10.030	9.389	28.149	29.093	30.477	31.084	444	446	476	515
Região Centro-Oeste	28	34	42	37	87.239	85.837	87.564	85.292	234.594	244.289	255.899	263.161	3.899	4.201	4.723	5.241
Distrito Federal	8	11	18	14	35.535	35.900	35.900	35.828	93.983	96.571	100.572	103.044	1.509	1.657	1.880	2.137
Goiás	12	13	13	11	32.404	31.162	31.461	29.922	87.387	92.045	97.335	100.391	1.420	1.491	1.702	1.905
Mato Grosso	4	6	7	8	11.422	11.115	12.288	11.934	27.519	29.089	30.201	31.444	557	602	636	653
Mato Grosso do Sul	4	4	4	4	7.878	7.660	7.915	7.608	25.705	26.584	27.791	28.282	413	451	505	546
Região Sudeste	123	128	137	136	358.972	349.064	358.800	342.773	1.008.447	1.044.153	1.101.529	1.117.506	18.423	21.716	21.689	23.037
Espírito Santo	3	3	3	5	16.836	16.014	16.712	15.932	45.634	47.452	49.161	50.145	705	763	807	935
Minas Gerais	28	31	33	30	55.816	56.957	59.329	56.054	222.541	227.330	236.621	241.730	1.477	2.695	2.712	2.807
Rio de Janeiro	34	34	35	36	80.369	79.821	81.168	76.988	243.503	251.580	268.717	271.615	4.431	4.899	5.176	5.717
São Paulo	58	60	66	65	205.951	196.272	201.591	193.799	496.769	517.791	547.030	554.016	11.810	13.359	12.994	13.578
Região Sul	48	53	57	58	104.473	102.739	107.365	104.097	303.096	313.383	330.329	334.654	5.499	5.832	6.053	6.369
Paraná	12	15	16	18	36.982	35.873	37.648	37.000	118.566	122.577	127.289	129.691	1.322	1.373	1.422	1.435
Rio Grande do Sul	23	25	26	26	36.288	36.010	35.548	33.361	114.087	116.673	125.186	124.057	2.284	2.458	2.507	2.755
Santa Catarina	13	13	15	14	31.203	30.856	34.169	33.736	70.443	74.133	77.854	80.906	1.893	2.001	2.124	2.179

Fonte: Abcfav - Associação Brasileira de Cursos e Aperfeiçoamento de Vigilantes; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Para o ano de 2022, os dados correspondem ao mês de maio. Para 2023, os dados se referem ao mês de março. Para 2024, a posição dos dados é o mês de maio e, para 2025, o mês de abril.

(2) Vigilantes que estão com o curso vigente, estando ou não trabalhando.

TABELA 107**Vínculos ativos***Brasil, Regiões e Unidades da Federação - 2021-2025 ⁽¹⁾*

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	Vínculos				
	2021	2022	2023	2024	2025
Brasil	526.108	495.989	485.073	519.095	571.158
Região Norte	35.187	34.730	37.026	40.029	41.327
Acre	1.739	1.814	2.320	2.647	2.652
Amapá	1.690	1.648	1.594	1.864	1.775
Amazonas	8.582	8.405	8.477	9.178	9.713
Pará	15.286	14.870	15.587	16.492	16.615
Rondônia	5.089	4.946	5.894	6.219	6.571
Roraima	1.017	1.061	898	1.104	1.390
Tocantins	1.784	1.986	2.256	2.525	2.611
Região Nordeste	104.164	104.103	103.403	109.661	117.213
Alagoas	5.115	5.238	5.034	5.114	5.051
Bahia	28.813	27.488	27.826	28.064	30.732
Ceará	17.181	17.706	17.086	18.332	19.478
Maranhão	9.551	9.275	10.062	9.910	10.174
Paraíba	6.108	6.617	6.610	7.509	8.650
Pernambuco	20.505	20.763	20.195	22.528	24.529
Piauí	4.265	4.360	4.352	4.731	4.985
Rio Grande do Norte	6.906	6.943	6.717	7.548	7.623
Sergipe	5.720	5.713	5.521	5.925	5.991
Região Centro-Oeste	52.080	51.378	49.684	54.795	59.660
Distrito Federal	23.547	24.187	24.219	22.643	27.372
Goiás	15.817	15.133	13.805	19.292	17.091
Mato Grosso	7.714	7.460	7.092	7.805	9.646
Mato Grosso do Sul	5.002	4.598	4.568	5.055	5.551
Região Sudeste	256.025	235.145	224.521	239.324	266.411
Espírito Santo	11.684	10.839	10.676	11.727	12.381
Minas Gerais	34.752	32.520	32.228	34.170	36.289
Rio de Janeiro	51.159	48.126	45.565	48.348	51.400
São Paulo	158.430	143.660	136.052	145.079	166.341
Região Sul	78.652	70.633	70.439	75.286	86.547
Paraná	25.761	24.245	24.662	25.646	30.278
Rio Grande do Sul	31.954	25.588	24.825	23.635	29.367
Santa Catarina	20.937	20.800	20.952	26.005	26.902

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Para os anos de 2021 e 2022, os dados correspondem ao mês de março de cada ano. Para 2023, os dados se referem ao mês de junho. Para 2024, a posição dos dados é o mês de dezembro e, para 2025, o mês de maio.

TABELA 108
Evolução dos vínculos ativos, por tipo de empresa
Brasil - 2015-2025 ⁽¹⁾

Tipo de empresa	Vínculos ativos										
	2015 ⁽²⁾	2016 ⁽²⁾	2017 ⁽²⁾	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 ⁽³⁾	2025
Total	631.028	591.177	584.506	604.746	565.163	545.477	526.108	495.989	485.073	519.095	571.158
Especializadas	...	...	...	579.003	540.738	520.179	502.318	471.116	464.060	497.622	546.433
Orgânicas	...	...	...	25.743	24.425	25.298	23.790	24.873	21.013	21.473	24.725

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação indisponível.

(1) Para os anos de 2021 e 2022, os dados correspondem ao mês de março de cada ano. Para 2023, os dados se referem ao mês de junho. Para 2024, a posição dos dados é o mês de dezembro e, para 2025, o mês de maio.

(2) Dados de 2015 a 2017 não possuem desagregação por tipo de empresa.

(3) Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024.

TABELA 109
Quantidade de estabelecimentos, por tipo
Brasil - 2015-2025

Tipo	Quantidade de estabelecimentos										
	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 ⁽²⁾	2025
Total	2.553	2.561	4.801	4.753	4.681	4.618	3.625	4.694	4.804	4.764	4.770
Especializadas	...	...	2.627	2.694	2.664	2.680	2.471	2.840	2.963	2.875	2.899
Orgânicas	...	...	2.174	2.059	2.017	1.938	1.154	1.854	1.841	1.889	1.871

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Infomação não disponível.

(1) Dados de 2015 e 2016 não possuem desagregação por tipo de empresa.

(2) Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024.

TABELA 110

Empresas ativas, por tipo

Brasil, Regiões e Unidades da Federação - 2022-2025 ⁽¹⁾

Brasil, Regiões e UFs	Empresas especializadas ativas															
	Vigilância patrimonial				Transporte de valores				Escolta armada				Segurança pessoal			
	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025
Brasil	2.760	2.890	2.872	2.627	411	422	344	128	1.092	1.107	998	877	1.080	1.131	1.078	951
Região Norte	244	261	269	247	67	67	45	26	88	95	101	92	68	80	87	77
Acre	12	14	16	15	5	5	5	4	5	5	6	5	3	3	4	3
Amapá	18	18	22	19	2	2	2	2	6	6	5	4	3	5	6	5
Amazonas	61	66	57	58	25	25	5	5	22	25	23	24	16	17	18	17
Pará	86	96	96	82	19	19	18	6	38	42	47	41	30	32	33	28
Rondônia	27	26	31	28	8	8	7	4	11	11	12	10	8	11	13	11
Roraima	10	12	15	16	2	2	2	2	1	1	2	2	-	3	4	4
Tocantins	30	29	32	29	6	6	6	3	5	5	6	6	8	9	9	9
Região Nordeste	580	596	640	586	111	112	103	46	221	225	222	190	195	196	214	191
Alagoas	28	27	30	29	5	5	5	3	13	12	12	12	10	9	11	12
Bahia	153	153	159	144	26	26	23	5	68	69	69	56	49	54	58	45
Ceará	82	86	94	89	11	11	11	5	28	29	31	26	37	36	37	32
Maranhão	68	70	70	64	11	12	10	5	24	25	23	20	26	23	24	21
Paraíba	50	52	58	51	15	16	14	7	21	23	21	16	14	14	15	11
Pernambuco	88	97	110	98	18	18	16	6	36	35	33	27	25	25	30	31
Piauí	36	38	41	34	11	10	11	4	6	8	8	8	7	8	9	9
Rio Grande do Norte	45	43	42	40	8	8	8	6	14	14	14	14	18	17	17	17
Sergipe	30	30	36	37	6	6	5	5	11	10	11	11	9	10	13	13
Região Centro-Oeste	313	332	349	325	38	42	39	18	111	116	117	103	113	122	131	116
Distrito Federal	73	77	76	77	5	5	5	5	24	23	24	24	39	42	43	43
Goiás	127	130	134	125	9	9	9	4	44	41	43	42	38	42	46	44
Mato Grosso	66	76	89	78	16	19	17	5	29	36	37	28	25	27	29	21
Mato Grosso do Sul	47	49	50	45	8	9	8	4	14	16	13	9	11	11	13	8
Região Sudeste	1.099	1.157	1.116	1.029	132	139	97	25	457	454	388	340	513	529	485	425
Espírito Santo	58	55	57	54	8	9	8	4	28	27	25	25	22	30	25	23
Minas Gerais	181	193	191	167	41	44	31	5	79	76	53	47	81	81	61	55
Rio de Janeiro	218	226	223	220	19	23	15	8	96	94	84	84	109	107	112	106
São Paulo	642	683	645	588	64	63	43	8	254	257	226	184	301	311	287	241
Região Sul	524	544	498	440	63	62	60	13	215	217	170	152	191	204	161	142
Paraná	244	259	232	211	23	23	22	5	108	111	85	77	101	109	89	81
Rio Grande do Sul	124	125	121	104	22	22	21	4	54	51	46	42	40	40	38	32
Santa Catarina	156	160	145	125	18	17	17	4	53	55	39	33	50	55	34	29

Continua

Brasil, Regiões e UFs	Empresas orgânicas ativas							
	Vigilância patrimonial				Transporte de valores			
	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025
Brasil	2.418	2.448	1.906	1.128	23	26	18	9
Região Norte	167	177	185	85	-	-	-	-
Acre	18	20	18	3	-	-	-	-
Amapá	5	5	5	2	-	-	-	-
Amazonas	28	30	30	24	-	-	-	-
Pará	66	68	74	36	-	-	-	-
Rondônia	36	38	44	12	-	-	-	-
Roraima	-	-	0	0	-	-	-	-
Tocantins	14	16	14	8	-	-	-	-
Região Nordeste	684	685	494	305	1	-	-	-
Alagoas	52	57	55	51	-	-	-	-
Bahia	49	49	40	30	1	-	-	-
Ceará	124	121	111	46	-	-	-	-
Maranhão	33	39	44	15	-	-	-	-
Paraíba	27	28	31	27	-	-	-	-
Pernambuco	248	222	103	85	-	-	-	-
Piauí	99	116	62	25	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	35	36	36	18	-	-	-	-
Sergipe	17	17	12	8	-	-	-	-
Região Centro-Oeste	176	194	168	110	-	-	-	-
Distrito Federal	19	23	25	23	-	-	-	-
Goiás	93	98	77	56	-	-	-	-
Mato Grosso	25	31	32	19	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul	39	42	34	12	-	-	-	-
Região Sudeste	1.013	1.012	825	495	20	24	15	7
Espírito Santo	19	21	21	13	-	1	-	1
Minas Gerais	210	212	176	78	5	4	1	1
Rio de Janeiro	92	101	86	53	7	11	8	2
São Paulo	692	678	542	351	8	8	6	3
Região Sul	378	380	234	133	2	2	3	2
Paraná	170	173	73	60	-	-	1	1
Rio Grande do Sul	77	74	62	20	-	-	-	-
Santa Catarina	131	133	99	53	2	2	2	1

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Dados de 2022 são referentes ao mês de abril. Dados de 2023 são referentes ao mês de junho. Dados de 2024 se referem ao mês de dezembro e, por fim, os dados de 2025 se referem ao mês de maio.

TABELA 111

Compras de armas e munições novas por empresas de segurança privada, publicadas no Diário Oficial da União
Brasil e Regiões - 2018-2024

Brasil e Regiões	Compras													
	Armas Letais							Armas não letais						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Brasil	13.415	8.884	12.497	6.597	4.745	5.377	15.759	21.661	5.223	1.609	1.859	1.443	1.031	1.739
Norte	933	675	918	1.008	545	1.013	1.247	363	169	43	166	109	113	165
Nordeste	4.746	2.457	1.444	1.366	971	787	891	2.933	500	214	130	49	153	204
Centro-Oeste	1.312	995	3.902	961	919	676	903	11.872	1.849	735	424	480	61	291
Sudeste	4.299	3.011	4.445	2.222	1.141	2.269	11.976	3.575	2.231	595	1.055	773	600	914
Sul	2.125	1.746	1.788	1.040	1.169	632	742	2.918	474	22	84	32	104	165

Brasil e Regiões	Compras													
	Munição							Munição não letal						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Brasil	11.106.380	11.050.237	17.715.958	46.970.177	31.554.024	24.422.314	36.771.379	17.687	10.732	2.630	10.022	17.808	16.052	9.461
Norte	1.281.406	1.722.151	1.367.442	3.631.257	2.533.535	2.122.431	4.159.305	2.213	1.764	-	2.051	6.724	6.884	2.096
Nordeste	2.648.622	2.665.729	3.208.351	8.100.984	6.473.224	4.611.543	5.179.054	1.677	3.450	800	251	60	818	125
Centro-Oeste	2.275.990	2.170.189	3.510.218	5.582.429	3.806.558	2.524.906	4.969.305	1.355	1.076	700	2.400	1.800	1.641	2.300
Sudeste	2.908.376	2.654.095	6.841.289	23.482.624	14.143.739	11.247.792	16.172.322	3.742	1.425	60	4.270	9.164	6.709	4.270
Sul	1.991.986	1.838.073	2.788.658	6.172.883	4.596.968	3.915.642	6.291.393	8.700	3.017	1.070	1.050	60	-	670

Fonte: Diário Oficial da União - Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(†) Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023.

TABELA 112

Transferências de armas (letais e não letais) e munições entre empresas de segurança privada, publicadas no Diário Oficial da União

Brasil e Regiões - 2018-2024

Brasil e Regiões	Transferências entre empresas													
	Armas letais							Armas não letais						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Brasil	9.204	9.192	8.587	12.492	6.909	9.212	11.903	3	24	58	2	1	6	1
Norte	1.007	763	730	1.336	969	1.003	993	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	2.299	1.170	1.180	2.904	1.905	1.709	2.609	-	-	1	2	-	-	-
Centro-Oeste	332	523	578	1.077	745	654	1.943	-	6	24	-	1	2	-
Sudeste	4.134	6.027	5.180	6.268	2.231	3.468	5.400	3	18	30	-	-	4	-
Sul	1.432	709	919	907	1.059	2.378	958	-	-	3	-	-	-	1

Brasil e Regiões	Transferências entre empresas													
	Munição							Munição não letal						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Brasil	142.288	141.505	324.271	193.547	46.523	69.225	76.695	-	-	400	-	-	-	1
Norte	10.130	8.425	60.315	47.492	4.973	3.172	5.052	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	7.649	18.110	3.995	14.214	9.089	17.854	13.712	-	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	17.127	9.983	18.781	4.570	3.162	2.195	8.054	-	-	200	-	-	-	-
Sudeste	94.599	56.278	234.264	68.184	22.175	26.886	44.592	-	-	200	-	-	-	-
Sul	12.783	48.709	6.916	59.087	7.124	19.118	5.285	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: Diário Oficial da União - Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023.

TABELA 113

Veículos registrados pelas empresas de segurança privada, por tipo de veículo

Brasil - 2021-2025 ^{(1) (2)}

Tipo	Veículos				
	2021	2022	2023	2024	2025
Carros fortes	4.598	4.574	4.549	4.236	4.031
Escolta Armada	3.517	3.543	3.569	3.873	3.755
Carro Leve de Transporte de Valores	1.001	980	959	892	755
Outros	-	-	-	-	-
Total	9.116	9.097	9.077	9.001	8.541

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Para os anos de 2021 e 2022, os dados correspondem ao mês de março de cada ano. Para 2023, 2024 e 2025 os dados se referem ao mês de maio.

(2) Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024.

TABELA 114
Penalidades aplicadas pela Polícia Federal a estabelecimentos de segurança privada
Brasil - 2023-2024

Penalidade	Grupo	2023			2024		
		Quantidade	Valor (em R\$)	Média (em R\$)	Quantidade	Valor (em R\$)	Média (em R\$)
Cancelamento punitivo	Especializadas	89	...	...	55	...	...
Cancelamento punitivo	Orgânicas	45	...	...	17	...	...
Interdição	Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-
Multa	Especializadas	1.743	4.274.668	2.452	1.293	3.492.399	2.701
Multa	Instituições Financeiras	852	11.640.055	13.662	521	6.703.254	12.866
Multa	Orgânicas	170	375.425	2.208	55	129.130	2.348
Total		3.409	16.290.147	5.892	2.400	10.324.783	5.524

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
(-) Fenômeno inexistente.
(...) Informação não disponível.

TABELA 115
Óbitos decorrentes de acidentes do trabalho, atividades selecionadas
Brasil - 2019-2023

Atividade	Óbitos				
	2019	2020	2021	2022 ⁽¹⁾	2023
Vigilância e Segurança Privada	20	36	30	39	50
Transporte de valores	6	4	5	6	5
Total	26	40	35	45	55

Fonte: Anuário Estatístico de Acidente de Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
(1) Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024.

Sob nova legislação, segurança privada se prepara para trilhar novos caminhos

O caminho foi longo, cheio de obstáculos! No tempo dos homens, da natureza, foram 15 anos de tramitação no Congresso Nacional. No tempo da nossa necessidade e importância para toda a sociedade, esse percurso teve uma duração incalculável. Mas chegamos lá. Em agosto de 2024, o Senado concluiu a votação e, em 9 de setembro de 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 14.967, conhecida como Estatuto da Segurança Privada. Com isso, uma nova era na segurança privada brasileira se iniciou.

Jeferson Nazário
Presidente da Fenavist

Cada batalha travada ao longo dessa trajetória valeu a pena. A cada dia que o Estatuto ficava parado no Parlamento, um novo obstáculo precisava ser superado. Tivemos fôlego e ânimo para superar o tempo, as crises econômicas, mudanças de governo e até mesmo uma pandemia mundial que afetou a economia de todos os países, com graves consequências.

Vimos os números de postos de trabalho caírem vertiginosamente durante um longo período dessa caminhada. Infelizmente, muitas empresas ficaram pelo caminho e trabalhadores se viram obrigados a buscar novas carreiras.

Estávamos sob uma legislação absolutamente ultrapassada, em vigor há quatro décadas, que não acompanhou a evolução da sociedade e o aumento da criminalidade no país, agora protagonizada por quadrilhas altamente organizadas e munidas de armamento e tecnologia de ponta. Essa norma arcaica impunha obstáculos até mesmo ao órgão responsável pela fiscalização do setor, que, por ausência de respaldo legal, via-se impotente para combater e penalizar as práticas ilegais e clandestinas.

Estávamos sob uma legislação absolutamente ultrapassada, em vigor há quatro décadas, que não acompanhou a evolução da sociedade e o aumento da criminalidade no país.

A falta de uma legislação condizente com as demandas atuais era o combustível para que as empresas clandestinas e os trabalhadores irregulares avançassem como um câncer em metástase sobre a atividade. A imagem da atividade foi duramente afetada por casos

de agressão e até mortes decorrentes da atuação clandestina, irregular, de profissionais sem nenhuma capacitação, que nunca passaram por curso de formação autorizado e fiscalizado pela Polícia Federal (PF).

**Com o Estatuto da
Segurança Privada, pela
primeira vez, temos
uma legislação que
oferece ferramentas
eficazes no combate à
clandestinidade.**

Sempre que um novo caso de violação de direitos era noticiado pela imprensa, empresários, trabalhadores e todos os atores do segmento de segurança privada, que respeitavam a legislação e atuam estritamente dentro da lei, eram colocados no mesmo balaio. O joio não era separado do trigo. Mas bastava uma rápida pesquisa junto à PF para identificar que as empresas e pessoas envolvidas nos casos eram clandestinas, irregulares. Mas o estrago já estava feito.

Mas temos certeza de que esse cenário vai mudar. Com o Estatuto da Segurança Privada, pela primeira vez, temos uma legislação que oferece ferramentas eficazes no combate à clandestinidade. A Lei nº 14.967/2024 criminaliza quem organizar, prestar ou oferecer serviços de segurança privada sem possuir autorização de funcionamento. A pena fixada pela lei é de detenção de 1 a 3 anos, além de altas multas.

O Estatuto é claro: somente as empresas devidamente autorizadas e fiscalizadas pela Polícia Federal poderão prestar os serviços de segurança privada no país.

E não é só isso. A segurança clandestina só existe porque tem quem contrate. Nesse sentido, a nova legislação também determina que o contratante de serviços irregulares seja punido, entre outras sanções, com multa.

Sem dúvida alguma, a nova legislação representa um divisor de águas para o setor de segurança privada. Para além das inovações que carrega, como o fortalecimento da segurança jurídica para empresas do segmento e para as instituições financeiras, a lei também assegura melhores condições de trabalho aos profissionais da área, fomenta a criação de milhares de novos postos de emprego e, acima de tudo, garante à população brasileira o acesso a um serviço legalizado, cujo objetivo maior é proteger vidas e assegurar a integridade física dos cidadãos nos mais diversos espaços, sejam eles públicos ou privados.

Ao longo dos anos, tivemos a oportunidade de visitar diversos países em todos os continentes do mundo em um grande trabalho de intercâmbio. Ressentíamos por não possuir uma legislação avançada, contemporânea, que nos permitisse o uso de tecnologias ultramodernas aplicadas à atividade. Mas, felizmente, isso mudou. Posso assegurar que temos, agora, um dos regramentos mais modernos e completos do mundo.

NÚMEROS

Com poucos meses em vigor e sem a publicação do decreto regulamentador, ainda é cedo para se fazer qualquer análise mais profunda dos efeitos imediatos. No entanto, algumas estatísticas apontam para um cenário de avanços.

Em dezembro de 2024, segundo dados da Polícia Federal, órgão que regulamenta e fiscaliza a atividade, e que foram compilados pelo Departamento de Estatística da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), existiam 519.095 vigilantes atuando em todo o Brasil. Em maio deste ano, esse número chegou a 571.158 - um aumento de 10% nos cinco primeiros meses de 2025. Desse total, 546.433 estão empregados em empresas especializadas de segurança privada. O restante, 24.725, está nas empresas orgânicas, que são companhias, indústrias e comércios que optam por realizar a própria segurança seguindo a legislação e as regras impostas pela PF.

É preciso destacar que o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu 1,4% no primeiro trimestre de 2025, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ou seja, o número de vagas no setor aumentou em um volume bem maior que a economia.

Mesmo se o recorte adotado for os últimos 12 meses, o aumento no número de trabalhadores é bem superior ao crescimento econômico. Em maio de 2024, 530.194 vigilantes estavam empregados no Brasil. Considerando os atuais 571.158, o acréscimo no número de profissionais foi de mais de 7%.

Importante ressaltar que a participação feminina, mesmo que de forma parcimoniosa, tem avançado nos últimos anos, chegando a 15% do total de vigilantes em atividade, de acordo com dados da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) analisados pelo Departamento de Estatística da Fenavist.

Em relação à faixa etária, de acordo com as informações do MTE, 11% dos trabalhadores têm até 29 anos, 29% possuem entre 30 e 39 anos, 36% estão com 40 a 49 anos e 24% têm mais de 50 anos.

Além disso, o Ministério do Trabalho e Emprego apontou que 79% dos profissionais que atuam como vigilantes possuem ensino médio completo. Dois por cento têm ensino superior incompleto e 3% já concluíram a faculdade. Ou seja, 84% dos trabalhadores possuem, pelo menos, o ensino médio.

Apesar do aumento expressivo no número de postos de trabalho, ainda existem cerca de 200 mil vigilantes aptos a exercerem a profissão à espera de uma oportunidade. Segun-

Importante ressaltar que a participação feminina, mesmo que de forma parcimoniosa, tem avançado nos últimos anos, chegando a 15% do total de vigilantes em atividade.

do a Polícia Federal, 765.942 pessoas estão com o curso de formação atualizado. Há um ano, em maio de 2024, esse número era de 799.117 - uma queda de 4%.

Em relação ao número de empresas, observa-se uma estabilidade. Atualmente, segundo a PF, 4.770 empresas estão autorizadas a funcionar, sendo 2.899 especializadas e 1.871 orgânicas. Em dezembro de 2024, eram 4.764 empresas: 2.875 especializadas e 1.889 orgânicas.

Situação semelhante à dos cursos de formação e aperfeiçoamento de vigilantes. Em abril deste ano, 361 escolas estavam autorizadas a funcionar. Em maio do ano passado, tínhamos 356.

Uma tendência dos últimos anos se manteve. Com a crescente diminuição da circulação de dinheiro em espécie e o aumento de pagamentos feitos por meios digitais, o número de carros-fortes voltou a cair. Passou de 4.236, em maio do ano passado, para 4.031 no mesmo período de 2025.

Já o número de veículos de escolta armada se manteve bem próximo: passou de 3.873 para 3.755 em doze meses.

Os veículos leves também tiveram uma leve queda no total. Eram 892, em maio de 2024. Agora, somam 755.

Considerando todos os tipos, a segurança privada brasileira utiliza 8.541 veículos.

Outro dado que chama a atenção é o do valor arrecadado com multas pela Polícia Federal. No ano passado, foram R\$ 10.324.783,00. Segundo a PF, o valor médio das infrações foi de R\$ 5.524,00. A maior parte do valor arrecadado veio das instituições financeiras, que desembolsaram R\$ 6.703.254,00 em multas. As empresas especializadas pagaram R\$ 3.492.399,00 em infrações, enquanto as empresas orgânicas totalizaram R\$ 129.130,00.

A nova lei vem para estabelecer regras modernas e compatíveis com a realidade atual dos serviços de segurança privada, abrangendo atividades como transporte de valores, vigilância patrimonial e segurança eletrônica.

NOVOS CAMINHOS

Como dito anteriormente, a nova lei vem para estabelecer regras modernas e compatíveis com a realidade atual dos serviços de segurança privada, abrangendo atividades como transporte de valores, vigilância patrimonial e segurança eletrônica. Também representa um avanço importante na proteção das instituições financeiras, ao atualizar os dispositivos que tratam da sua segurança.

Mais do que isso, a legislação amplia de forma significativa o campo de atuação da segurança privada no País. Passam a ser regulamentadas áreas antes sem previsão legal, como a segurança em grandes eventos, nos transportes coletivos, em unidades de conservação ambiental, além do monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança e do controle de acesso em portos e aeroportos - sempre com o objetivo maior de garantir a integridade física das pessoas nos diversos espaços públicos e privados.

No entanto, para que o Estatuto da Segurança Privada produza todos os efeitos esperados, é imprescindível a publicação do decreto regulamentador, que, atualmente, está sob análise no Ministério da Justiça antes de ser encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para validação e publicação.

Essa norma detalhará como os diversos agentes do setor devem se comportar e operar dentro dos parâmetros estabelecidos pela nova lei. Embora o Estatuto já esteja em vigor, muitas de suas disposições ainda não podem ser aplicadas ou colocadas em prática sem essa regulamentação.

Por essa razão, a Fenavist intensificou a atuação junto ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal. Temos somado esforços com os trabalhadores do setor e com as instituições financeiras, pressionando de forma constante para que o decreto seja publicado com urgência - o que esperamos que ocorra em breve.

Vale destacar que as mudanças introduzidas pela nova legislação vão muito além das questões operacionais. A Lei nº 14.967/2024 também traz avanços significativos no campo social. Ao prever penalidades severas, que incluem multas de até R\$ 30.000,00, interdição e até mesmo o cancelamento da autorização de funcionamento em casos de discriminação por raça, cor, origem, sexo ou idade. A nova lei se torna, portanto, em um importante instrumento para o enfrentamento ao racismo estrutural.

Essa conquista, que defendemos com firmeza ao longo de todo o processo legislativo, nos enche de orgulho. Representa mais um passo firme rumo a um setor de segurança verdadeiramente comprometido com o respeito à diversidade e à dignidade humana.

A vontade de mudar, transformar, melhorar e evoluir é um traço que sempre esteve presente na trajetória da segurança privada brasileira. Chegamos até aqui com muito esforço, diálogo e persistência. Agora, com uma lei moderna, justa e abrangente, temos em mãos a oportunidade real de reposicionar o setor como uma engrenagem essencial para o bem-estar da sociedade. Ainda há passos importantes a serem dados, como a publicação do decreto regulamentador, mas temos convicção de que estamos no caminho certo. Unidos - empresários, trabalhadores, governo e sociedade - construiremos um novo capítulo para a segurança privada no Brasil: mais eficiente, mais humana e, acima de tudo, mais respeitada.

Para que o Estatuto da Segurança Privada produza todos os efeitos esperados, é imprescindível a publicação do decreto regulamentador, que, atualmente, está sob análise no Ministério da Justiça antes de ser encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para validação e publicação.